www.portal.abant.org.br/evento/rba/32RBA ISBN: 978-65-87289-08-3

GT 23. Ciganos em uma perspectiva antropológica

Coordenador(es):
Mirian Alves de Souza (UFF - Universidade Federal Fluminense)
Maria Patrícia Lopes Goldfarb (UFPB - Universidade Federal da Paraíba)

Sessão 1
Debatedor/a: Mercia Rejane Rangel Batista (UFCG - Universidade Federal de Campina Grande)

Sessão 2
Debatedor/a: Felipe Berocan Veiga (UFF - Universidade Federal Fluminense)

A reflexão sobre o tema dos ciganos tem congregado pesquisadores envolvidos com os grupos ciganos no Brasil e exterior. Iniciamos discussões no âmbito local e mantivemos a temática na forma de GTs, nas Reuniões de Antropólogos do Norte-Nordeste, nas Reuniões Brasileiras de Antropologia e no Congresso Mundial da International Union of Anthropological and Ethnological Sciences. Deste modo, objetivamos dar continuidade aos debates, e ao mesmo tempo discutir a produção etnográfica sobre grupos ciganos. Analisando os processos de construções identitárias; propondo uma reflexão sobre a (in)visibilidade desses sujeitos em diferentes cenários políticos; problematizando como os projetos políticos das organizações ciganas são moldados por diversas imaginações étnicas e nacionalistas; e indagando o papel da produção antropológica na mediação entre os sujeitos estudados e as esferas públicas, o GT pretende fomentar um campo de interlocução em uma perspectiva antropológica e etnográfica, especialmente no Brasil. Para esta edição, as coordenadoras e debatedores propõem apresentar um balanço do campo de estudos nos últimos anos, focalizando a produção acadêmica que passou pelas edições do GT, e que foram elaboradas em diálogo e no âmbito de diferentes programas de pós-graduação na área de antropologia e das ciências sociais, núcleos de pesquisa, laboratório e redes científicas, associações ciganas, organizações não governamentais, e diferentes esferas do estado e da sociedade.

Problematizando a possibilidade de ter um Estatuto do Cigano

Autoria: Jéssica Cunha de Medeiros (UFPE), Drª Mércia Dr Renato Athias

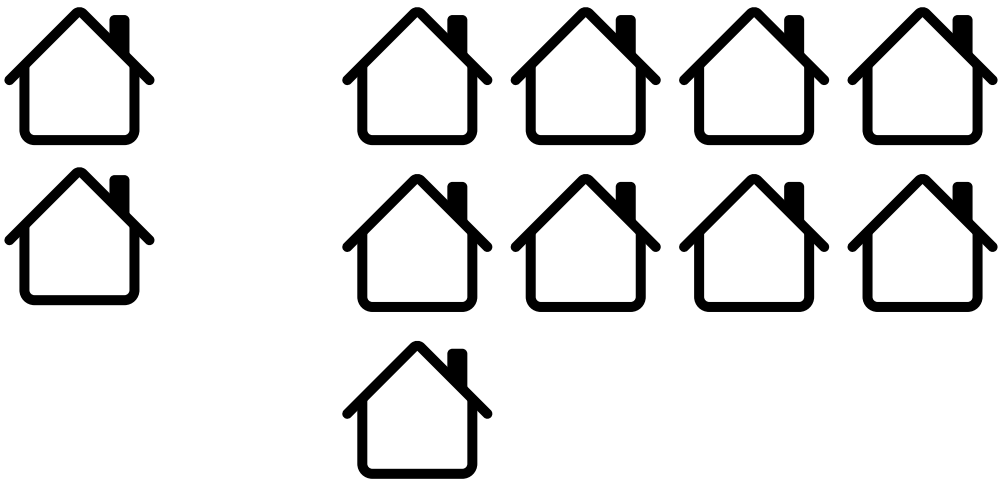
Essa proposta de work vai buscar refletir os desafios postos no complexo universo cigano presente no Brasil com a proposta de criação do Estatuto do Cigano, que está atualmente tramitando no Senado Federal Brasileiro - PLS 248/2015, apresentada pelo senador Paulo Paim. E do nosso ponto de vista, faremos um esforço para compreender o que essa proposta pode revelar dos processos de mediação entre as diferentes unidades sociais propostas pelos ciganos e a sociedade nacional. Do nosso ponto de vista vamos procurar traçar uma comparação daquilo que já estudamos em outro momento que chamamos dss Cartas de Autorização/ Apresentação, documento que foi durante muito tempo portado pelos chefes dos bandos, que circulavam entre as cidades do Litoral e do Sertão Paraibano e Pernambucano, nas quais alguma figura de autoridade se encarregava de apresentar essas chefia e solicitava então o apoio as autoridades para a presença e permanência dos mesmos naquela situação. Consideramos que as situação históricas e sociais que permitiram a manutenção destas Cartas então mencionadas se modificaram talvez de tal maneira que hoje em dia surge o desejo de se fazer presente junto a sociedade a partir de uma regulamentação legal e para isso então o Projeto de Lei do Senado parece se encaminhar. Pretendemos então discutir qual é o lugar do Estado, qual são os mecanismos constitutivos das diferentes organizações que se fazem representantes dos ciganos, com uma ênfase maior na Associação Nacional das Etnias Ciganas (ANEC), que até o momento

 ISBN: 978-65-87289-08-3

parece ser a principal representante deste processo. No nosso exercício descritivo e analítico nos propomos pensar esse quadro a partir daquilo que foi estabelecido por Oliveira (2012), que ao estudar os povos indígenas chama de ?situação histórica? e consequentemente nos interrogamos se as relações estabelecidas entre Estado, mediações e comunidade passa pelo exercício do chamado poder tutelar.

 ISBN: 978-65-87289-08-3

Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização: **Apoio:** **Organização:**